



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário - Área Judiciária**  
**Especialidade Execução de Mandados**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

**P R O V A**

Português  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva - Redação

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém a proposta e o espaço para o rascunho da redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada. Os rascunhos não serão considerados em nenhuma hipótese.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova devolva este caderno de prova ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas e a folha de transcrição da Prova de Redação.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



## PORTUGUÊS

**Atenção:** As questões de números 1 a 10 referem-se ao texto seguinte.

**Um antigo documentário**

*Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo – pude assistir, não faz muitos dias, a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas junto a tribos indígenas do Xingu. A reportagem, apesar de tecnicamente algo tosca, resultou muito expressiva; deve datar do início dos anos 60. No centro dela, repontava o delicado tema da “aproximação” que os brancos promovem em relação aos índios ainda isolados. Cláudio Vilas-Boas, que chefiava a expedição, mostrou plena consciência da tensão que envolve esses primeiros contatos, que acabarão provocando a desfigurações da cultura indígena.*

*Há quem defenda, com razão, que o melhor para os índios seria que os deixássemos em paz, às voltas com seus valores, hábitos e ritos. Mas acabaria não sendo possível evitar que, mais dia, menos dia, algum contato se estabelecesse – e com o risco de que brancos ambiciosos e despreparados mostrassem, eles sim, a “selvageria” de que somos capazes.*

*A delicadeza da missão dos irmãos Vilas-Boas está em que eles procuram respeitar ao máximo a cultura indígena, enquanto a põem em contato com a nossa. Melhor que ninguém, os irmãos sabem que não aproveitaremos nada de tanto o que têm os índios a nos ensinar (na dedicação aos filhos, por exemplo) e que, ao mesmo tempo, os exporemos aos nossos piores vícios. Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos desse contato: uma gripe trazida pelo branco pode dizimar toda uma aldeia.*

*Hoje, décadas depois, o documentário parece assumir o valor de um testamento: são impressionantes as cenas em que um chefe indígena recusa, com veemência, presentes dos “civilizados”; ele parece adivinhar o custo de tais ofertas, e busca se defender do perigo mortal que vê nelas. O país desenvolveu-se muito nesse tempo, modernizou-se, povoou regiões recônditas do interior, abriu espaço para as “reservas”. Mas sabemos que a cultura do colonizador não é, necessariamente, melhor do que a do colonizado. Apenas se revelou a mais bem armada, a mais forte das duas. Melhor seria se fosse, também, a mais justa.*

(Roberto Melchior da Ponte, inédito)

1. A tese de que os índios nada ganham ao entrar em contato com o branco
  - (A) é contestada no primeiro parágrafo, quando se faz referência à atuação dos irmãos Vilas-Boas.
  - (B) é admitida no segundo parágrafo, embora seja vista como impossível de se defender na prática.
  - (C) não é considerada como plausível ou justa, pois a força está sempre do lado do colonizador.
  - (D) não é admitida em nenhum momento do texto, uma vez que não traduz a posição de Cláudio Vilas-Boas.
  - (E) é levada em conta no último parágrafo, para ser descartada em razão de empecilhos culturais.

2. Considere as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, a tensão demonstrada por Cláudio Vilas-Boas resulta da consciência dos perigos que esse primeiro contato acarretará mais tarde, para quem tomou a iniciativa dele.
- II. No terceiro parágrafo, expressa-se a dificuldade da missão de quem, ao mesmo tempo, respeita e expõe ao risco a vida e a cultura dos índios.
- III. No quarto parágrafo, a expressão *valor de um testamento* justifica-se pelo fato de os índios aculturados testemunharem a modernização do país.

Em relação ao texto, está correto APENAS o que se afirma em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

3. Infere-se do texto que Cláudio Vilas-Boas, assim como seus irmãos, tem consciência de que sua missão é

- (A) justa, mas desnecessária.
- (B) necessária, mas inexecutável.
- (C) injusta, além de desnecessária.
- (D) difícil, além de justa.
- (E) necessária, apesar de injusta.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *apesar de tecnicamente algo tosca* = malgrado a técnica meio rudimentar.
- (B) *às voltas com seus valores* = contornando seus atributos.
- (C) *os exporemos aos nossos piores vícios* = os advertiremos do que há de pior em nossos males.
- (D) *recusa, com veemência* = nega-se, voluntariamente.
- (E) *não é, necessariamente, melhor* = não atende melhor essa necessidade.



5. A cultura do colonizador impõe-se, via de regra, pela força das armas, e não pela incontestável superioridade de seus valores éticos.
- Uma outra redação clara e correta do que acima se afirma pode ser:
- (A) Conquanto se imponha pela força das armas, os valores éticos da cultura do colonizador não contestam alguma superioridade.
- (B) Incontestavelmente, não há superioridade ética enquanto se impõem pelas armas, como é forçoso reconhecer, a cultura do colonizador.
- (C) A incontestável superioridade dos valores éticos de uma cultura mostra-se, como regra, pela imposição de suas armas.
- (D) É à força das armas, e não à discutível superioridade de seus valores éticos, que a cultura do colonizador recorre para se impor.
- (E) Costumeiramente, a cultura do colonizador, pela força das armas, impõe-se como incontestavelmente superior aos valores éticos.
- 
6. A frase em que se admite transposição da forma verbal para a voz passiva é:
- (A) Pude assistir a um documentário sobre a atuação dos irmãos Vilas-Boas.
- (B) Cláudio Vilas-Boas estava consciente da tensão daquele momento.
- (C) O documentário viria a assumir o valor de um testamento.
- (D) São muito impressionantes os gestos de recusa do chefe indígena.
- (E) Mais que bem armada, melhor se essa cultura fosse mais justa.
- 
7. É forçoso contatar os índios com delicadeza, para poupar os índios de um contato talvez mais brutal, em que exploradores submetessem os índios a toda ordem de humilhação, tornando os índios vítimas da supremacia das armas do branco.
- Evitam-se as viciosas repetições do trecho acima substituindo-se os segmentos sublinhados, na ordem dada, por:
- (A) poupá-los - os submetessem - tornando-os
- (B) poupá-los - lhes submetessem - os tornando
- (C) poupar-lhes - os submetessem - tornando-lhes
- (D) os poupar - submetessem-nos - lhes tornando
- (E) poupar a eles - os submetessem - tornando-lhes
- 
8. A frase em que ambos os elementos sublinhados constituem exemplos de uma mesma função sintática é:
- (A) Aos irmãos Vilas-Boas coube levar adiante, da melhor maneira possível, a missão que lhes foi confiada.
- (B) Respeitar a cultura do outro deveria ser uma obrigação para quem dispõe da superioridade das armas.
- (C) "Selvageria" vem entre aspas para deixar claro que esse termo não condiz com a situação analisada no texto.
- (D) O chefe indígena não hesitou em recusar os presentes que lhe foram oferecidos.
- (E) Os irmãos Vilas-Boas desempenharam um papel fundamental nas primeiras aproximações com grupos indígenas.
- 
9. Está correto o emprego do elemento sublinhado na frase:
- (A) Os brancos não deviam se arvorar como superiores diante dos índios.
- (B) Os documentários de que mais aprecio na TV Educativa podem fazer pensar.
- (C) Era delicadeza a missão de cujos termos aceitaram os irmãos Vilas-Boas.
- (D) Pena que não saibamos aproveitar nada uma cultura tão rica como a deles.
- (E) Cláudio realizou várias aproximações de cujos riscos era consciente.
- 
10. O termo entre parênteses pode substituir corretamente o termo sublinhado em:
- (A) *Num desses canais de TV a cabo – ou no de TV Educativa, não me lembro ao certo (...) assisti a um documentário. (**certamente**)*
- (B) *A delicadeza da missão desses irmãos está em que eles respeitam ao máximo a cultura indígena. (**reside no fato de que**)*
- (C) *Era visível a preocupação de Cláudio, pelos riscos do contato que estava fazendo. (**conquanto os riscos**)*
- (D) *Seria preferível que nossa cultura fosse mais justa a ser apenas a mais bem armada. (**do que apenas ser**)*
- (E) *Há quem defenda a ideia de que os índios seriam grandemente beneficiados se os deixássemos em paz. (**literalmente fariam melhor**)*



**Atenção:** As questões de números 11 a 20 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

*O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos da tomada de decisões; contudo, provocou também a perda de identidades grupais que tinham sido essenciais nos séculos anteriores. A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa, ou família tradicional e poderosa, ou confraria, ou cidade, ficou esmagada pelo conceito de cidadania que homogeneíza todos os indivíduos. Novos recortes surgiram – partido político, condição econômica, seita religiosa etc. – mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal. O futebol inseriu-se exatamente nessa brecha aberta pela industrialização ao destruir os paradigmas anteriores.*

*O antropólogo inglês Desmond Morris vai mais adiante e propõe que se veja no mundo do futebol um mundo de tribos. Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela. É o que mostra no Brasil a prática de alguns serem sepultados em caixão com o símbolo do clube na tampa. [...] A atuação do torcedor no rito do futebol não é em essência muito diferente da atitude das populações tribais que, por meio de pinturas corporais, cantos e gritos, participam no rito das danças guerreiras.*

*Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção. Tribo é grupo étnico com certo caráter territorial, o que não se aplica ao futebol, cujos torcedores são de diferentes origens e estão espalhados por vários locais. Tribo é sociedade sem Estado, e o futebol moderno desenvolve-se obviamente nos quadros de Estados nacionais. Talvez seja preferível falar em clã. Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, tomemos uma definição mínima: clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva. Ainda que todo clube de futebol tenha origem concreta e mais ou menos bem documentada, com o tempo ela tende a ganhar ares de lenda, que prevalece no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. É nessa lenda, enriquecida por feitos esportivos igualmente transformados em lenda, que todos os membros do clã orgulhosamente se reconhecem. [...] O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza. Em qualquer lugar, os membros do clã se reconhecem, dizia o grande sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, pelo nome, brasão e totem.*

(Hilário Franco Júnior. **A dança dos deuses**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 213-215)

11. De acordo com o texto,
- (A) as características coletivas do futebol moderno podem prejudicar o reconhecimento de um território específico e particular, como o de um clube.
  - (B) o futebol moderno veio substituir, em grande parte, os laços pessoais de pertencimento a determinados grupos sociais.
  - (C) o esporte resultou das alterações nos regimes políticos surgidos ao longo do tempo em diversas sociedades.
  - (D) o conceito de cidadania sofreu evolução nem sempre favorável a certos grupos sociais, por descaracterizar suas normas tradicionais.
  - (E) a industrialização e a conseqüente urbanização apoderaram-se de modelos tradicionais de comportamento, especialmente nos esportes.

12. Considere as afirmativas seguintes:
- I. Identifica-se no texto uma diferenciação nas características de certos grupos nas sociedades primitivas.
  - II. Especialistas divergem na classificação dos grupos de torcedores de futebol, a partir de seu comportamento.
  - III. Hábitos tradicionais resultantes de sociedades primitivas marcam o comportamento dos torcedores dos clubes de futebol.
- Está correto o que se afirma em
- (A) I, apenas.
  - (B) III, apenas.
  - (C) I e II, apenas.
  - (D) II e III, apenas.
  - (E) I, II e III.

13. A afirmativa do antropólogo Marcel Mauss, reproduzida no final do texto,
- (A) é empregada como embasamento para a preferência pelo termo clã como definição do agrupamento de torcedores dos clubes de futebol.
  - (B) torna pouco aceitável o termo tribo para identificar os grupos de torcedores, pois eles nem sempre reconhecem a verdade na história dos clubes.
  - (C) mostra que a identificação do torcedor com o nome do clube vem desde as primeiras tribos que se organizaram em territórios demarcados.
  - (D) busca justificar a constatação de que as atitudes dos torcedores modernos se aproximam dos ritos tribais, com cantos e gritos.
  - (E) possibilita desconsiderar a associação de grupos de torcedores a clãs devido à origem real e documentada, por trâmites legais, dos clubes de futebol.



<p>14. Identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:</p> <p>(A) <i>A consciência de pertencer a determinada comunidade camponesa (...) ficou esmagada pelo conceito de cidadania...</i></p> <p>(B) <i>Novos recortes surgiram (...), mas tão maleáveis e mutáveis que não substituíram todas as funções sociais e psicológicas do velho sentimento grupal.</i></p> <p>(C) <i>Sem dúvida o sentimento tribal é muito forte, acompanha o indivíduo por toda vida e mesmo além dela.</i></p> <p>(D) <i>Não é descabido, portanto, falar em tribo no futebol, porém não parece a melhor opção.</i></p> <p>(E) <i>O clã tem base territorial, mas quando precisa mudar de espaço (jogar em outro estádio) não se descaracteriza.</i></p>	<p>17. <i>O sucesso da democracia nas sociedades industriais trouxe inegáveis benefícios a amplos setores antes excluídos...</i> (início do texto)</p> <p>O mesmo tipo de complemento grifado acima NÃO ocorre APENAS em:</p> <p>(A) <i>da tomada de decisões.</i></p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais.</i></p> <p>(C) <i>pelo conceito de cidadania.</i></p> <p>(D) <i>um mundo de tribos.</i></p> <p>(E) <i>no conhecimento do torcedor comum.</i></p>
<p>15. Está correta a transcrição, com outras palavras, sem prejuízo para a correção e o sentido do texto, da expressão:</p> <p>(A) <i>antes excluídos da tomada de decisões</i> (1<sup>o</sup> parágrafo) = afastados de início por atitudes autoritárias.</p> <p>(B) <i>a perda de identidades grupais</i> (1<sup>o</sup> parágrafo) = a identificação geral nos grupos.</p> <p>(C) <i>nessa brecha aberta pela industrialização</i> (1<sup>o</sup> parágrafo) = nos problemas trazidos pela indústria.</p> <p>(D) <i>grupo étnico com certo caráter territorial</i> (3<sup>o</sup> parágrafo) = presença de uma nacionalidade em espaço determinado.</p> <p>(E) <i>enriquecida por feitos esportivos</i> (3<sup>o</sup> parágrafo) = alimentada por ações de destaque no esporte.</p>	<p>18. ... que <u>prevalece</u> no conhecimento do torcedor comum sobre os dados históricos. (3<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>A frase cujo verbo exige o mesmo tipo de complemento que o grifado acima é:</p> <p>(A) ... que <u>homogeneíza</u> todos os indivíduos.</p> <p>(B) ... o sentimento tribal é muito forte ...</p> <p>(C) ... <u>acompanha</u> o indivíduo por toda vida ...</p> <p>(D) ... que (...) <u>participam</u> no rito das danças guerreiras.</p> <p>(E) ... e <u>estão</u> espalhados por vários locais.</p>
<p>16. – <i>partido político, condição econômica, seita religiosa etc.</i> – (1<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>O segmento isolado pelos travessões denota, no texto,</p> <p>(A) transcrição exata de informações obtidas em outros autores.</p> <p>(B) redundância intencional, para valorizar a descaracterização grupal.</p> <p>(C) enumeração esclarecedora de uma expressão anterior.</p> <p>(D) realce de uma ideia central, com a pausa maior inserida no contexto.</p> <p>(E) ressalva importante, de sentido explicativo, ao desenvolvimento anterior.</p>	<p>19. <i>Clã é um grupo que acredita descender de um ancestral comum, mais mítico que histórico, contudo vivo na memória coletiva.</i> (3<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>Uma nova redação, clara e correta, na qual se mantém o sentido original da afirmativa acima está em:</p> <p>(A) O clã, como grupo ligado por misticismo e história, começa com alguém de vida comum, o ancestral escolhido por sua descendência.</p> <p>(B) Os descendentes de um ancestral comum formam o grupo que identifica como clã, que as características são permanentes e vivas.</p> <p>(C) A crença em um ancestral comum, de permanente memória, cuja vida adquire foros míticos mais do que históricos, é o que define o clã.</p> <p>(D) Mesmo que permaneça vivo na memória do grupo, o clã descende de um ancestral que, embora comum, se torna mais mítico do que histórico.</p> <p>(E) A memória dos componentes do clã partem de um ancestral comum, que permanece vivo na história e na mítica do grupo.</p>
	<p>20. <i>Deixando de lado o debate técnico sobre tal conceito, <u>tomemos</u> uma definição mínima ...</i> (3<sup>o</sup> parágrafo)</p> <p>O verbo cuja flexão é idêntica à do grifado acima está também grifado na frase:</p> <p>(A) <u>Esperemos</u>, todos, que nossos valorosos jogadores se consagrem campeões nesta temporada.</p> <p>(B) <u>Sabemos</u> agora que a decisão final do campeonato se transformará em uma grande festa.</p> <p>(C) <u>Pretendemos</u>, nós, torcedores, visitar as dependências do clube ainda antes das reformas.</p> <p>(D) <u>Queremos</u> que alguns dos troféus conquistados pelo clube fiquem expostos ao público.</p> <p>(E) <u>Reconhecemos</u>, embora constrangidos, que os jogadores não fizeram hoje uma boa partida.</p>

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. Considere os mandamentos constitucionais:

- I. Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor transferido.
- II. A aplicação da pena deve ajustar-se à situação de cada imputado adotando-se, dentre outras, a prestação social alternativa, a suspensão ou interdição de direitos e a multa.

Essas hipóteses dizem respeito a garantias relativas a aplicação da pena, denominadas, respectivamente, como

- (A) seguranças processuais penais e vedação de tratamento desumano e degradante.
- (B) individualização da pena e personalização da pena.
- (C) proibição da prisão civil por dívida e proteção da incolumidade física e moral.
- (D) personalização da pena e individualização da pena.
- (E) tratamento desumano e degradante e individualização da pena.

22. NÃO é considerada exceção ao princípio da separação de poderes no Estado brasileiro, entre outras, a

- (A) fiscalização contábil, financeira e orçamentária consistente no controle externo de natureza técnica ou numérico-legal exercido pelos Tribunais de Contas.
- (B) permissão para que Deputados Federais e Senadores exerçam funções de Ministros de Estado.
- (C) convocação de Ministros de Estado, perante o plenário das Casas do Congresso Nacional e de suas comissões.
- (D) adoção pelo Presidente da República de medidas provisórias, com força de lei, em casos de relevância e urgência.
- (E) autorização, na forma de resolução, de delegação de atribuições legislativas ao Presidente da República.

23. São considerados direitos sociais, dentre outros,

- (A) as liberdades positivas e negativas, mas de observância facultativa face a reserva do possível.
- (B) os individuais do trabalhador, pessoa física, como o direito de greve.
- (C) os direitos fundamentais de primeira geração à exceção daqueles considerados como de segunda geração.
- (D) os direitos coletivos do trabalhador como os relacionados à medicina do trabalho.
- (E) os genéricos como a segurança e o lazer.

24. Em relação à seguridade social, é correto afirmar:

- (A) As contribuições da seguridade social incidentes em cada situação podem ser instituídas por lei ordinária, medida provisória, decreto do Chefe do Executivo, vedadas as de portaria ministerial.
- (B) Os recursos para o financiamento da seguridade social serão provenientes, dentre outros, dos orçamentos dos Municípios e de contribuições sociais sobre a receita de concursos de prognósticos.
- (C) As contribuições sociais destinadas ao financiamento da seguridade social, como tributos, só poderão ser exigidas após decorrido um ano da lei que as houver instituído, conforme o princípio da anterioridade do exercício financeiro.
- (D) O parceiro, o meeiro e o pescador artesanal, ainda que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, mas que não tenham moradia própria, são isentos de contribuição para a seguridade social.
- (E) As contribuições de seguridade social do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada não poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica ou de condição estrutural do mercado de trabalho.

25. O conjunto de condições que tornam possível às pessoas o conhecimento antecipado e reflexivo das consequências diretas de seus atos e de seus fatos à luz da liberdade reconhecida e o enunciado de que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada, dizem respeito, tecnicamente,

- (A) à legalidade e ao poder regulamentar.
- (B) aos remédios decorrentes de ações constitucionais.
- (C) à segurança jurídica.
- (D) ao monopólio judiciário do controle jurisdicional.
- (E) à normatividade dos direitos sociais.

26. Analise:

- I. A arguição de descumprimento de preceito fundamental, conforme o Supremo Tribunal Federal, tem natureza genérica, principal e autônoma, sendo concorrente com as demais ações de inconstitucionalidade, ou seja, é sempre admitida essa arguição, mesmo quando algumas das ações integrantes do controle abstrato de constitucionalidade puder efetivamente sanar a lesividade do ato.
- II. O Supremo Tribunal Federal, por decisão da maioria de seus membros, poderá deferir o pedido de liminar na arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- III. O Supremo Tribunal Federal, em casos excepcionais e mediante *quorum* qualificado de dois terços, pode adotar a técnica da modulação (ou manipulação) temporal da declaração de inconstitucionalidade da arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- IV. Por sua natureza, é cabível a ação rescisória contra decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal em arguição de descumprimento de preceito fundamental, quando o novo pedido apresente fundamentação diversa da anterior.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

**Direito Administrativo**

27. As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros,
- (A) sem direito de regresso contra o agente.
  - (B) assegurado o direito de regresso contra o agente, independentemente de sua culpa ou dolo.
  - (C) apenas quando o agente tenha agido com culpa ou dolo.
  - (D) salvo nos casos de comprovada responsabilidade subjetiva do agente, situação em que apenas este responde pelos danos causados.
  - (E) mesmo quando não comprovada a culpa do agente.
28. O poder hierárquico
- (A) autoriza a Administração Direta a rever, de ofício, os atos praticados pelas entidades integrantes da Administração Indireta, quando identificada a sua desconformidade com as diretrizes governamentais.
  - (B) corresponde ao poder conferido aos agentes públicos para emitir ordens a seus subordinados e aplicar sanções disciplinares, ainda que não expressamente previstas em lei.
  - (C) fundamenta a avocação, pela Administração Direta, de matérias inseridas na competência das autarquias a ela vinculadas.
  - (D) constitui fundamento da organização administrativa, estabelecendo relação de coordenação e subordinação entre os vários órgãos integrantes da Administração Pública.
  - (E) possibilita ao particular apresentar recurso ordinário ao Ministério ao qual se encontra vinculada entidade integrante da Administração Indireta, insurgindo-se contra o mérito do ato praticado.
29. De acordo com a Lei Federal de Licitações, constituem hipóteses de dispensa de licitação a
- (A) inviabilidade de competição, especialmente para a contratação de serviços técnicos de natureza singular, desde que comprovada a notória especialização do contratado.
  - (B) contratação com pessoa diversa da vencedora do certame original, de remanescente de obra, serviço ou fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor.
  - (C) alienação de bens móveis, desde que contem com prévia autorização legislativa.
  - (D) contratação de serviços de publicidade e divulgação.
  - (E) contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
30. Nos termos do parágrafo 8º do artigo 37, da Constituição Federal, a autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da Administração Indireta poderá ser
- (A) ampliada, mediante contrato que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade.
  - (B) reduzida, com base em contrato de gestão, por meio do qual o Poder Público estabelece, de acordo com as diretrizes governamentais, as metas de desempenho a serem cumpridas pela entidade.
  - (C) ampliada, independentemente da celebração de contrato com o Poder Público, desde que a entidade ou órgão estabeleça metas de desempenho claras e cujo cumprimento possa ser comprovado por critérios objetivos.
  - (D) ampliada ou reduzida, conforme o nível de atendimento das metas de desempenho estabelecidas em contrato de gestão firmado com o Poder Público.
  - (E) ampliada, por decreto do Chefe do Executivo, que poderá, no caso de entidades integrantes da Administração Indireta, dispensar o cumprimento das regras gerais relativas à licitação e ao concurso público.
31. Insere-se entre as competências dos Tribunais de Contas da União, Estados e Municípios, no âmbito de sua atuação,
- (A) estabelecer os limites e condições para operações de crédito, interno e externo.
  - (B) fixar o montante máximo de comprometimento da receita corrente líquida do respectivo ente federado com despesas de pessoal.
  - (C) fiscalizar a destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
  - (D) elaborar Relatório de Gestão Fiscal, ao final de cada quadrimestre, contendo o total despendido com despesa com pessoal, na esfera de cada Poder, dívida consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantia.
  - (E) autorizar a concessão de garantia em operações de crédito, interno e externo.
32. A União contratou empresa para construção de um determinado número de unidades habitacionais e, no curso do contrato, verificou a necessidade de contingenciamento de parte dos recursos orçamentários alocados para a execução da obra. Diante de tal circunstância, a União
- (A) estará obrigada a cumprir o contrato para a execução de todas as unidades habitacionais, tendo em vista o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
  - (B) poderá rescindir o contrato, unilateralmente, mas não alterá-lo para reduzir quantitativamente seu objeto, sob pena de burla ao procedimento licitatório.
  - (C) poderá, desde que assim consentido pela contratada, alterar o contrato para suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do seu valor original.
  - (D) poderá, independentemente da concordância da contratada, com base no poder que tem a Administração de alterar unilateralmente os contratos administrativos, efetuar as supressões necessárias, sem limitações percentuais, desde que comprove a correspondente ausência superveniente de recursos orçamentários.
  - (E) poderá, unilateralmente, suprimir até 25% (vinte e cinco por cento) do valor original do contrato, somente podendo exceder esse montante com a anuência da contratada.

**Direito Civil**

33. A respeito do mandato, é correto afirmar que
- (A) o mandato em termos gerais só confere às partes poderes de administração.
  - (B) o poder de transigir importa o de firmar compromissos.
  - (C) a aceitação do mandato não pode ser tácita.
  - (D) o mandato outorgado por instrumento público não pode substabelecer-se por instrumento particular.
  - (E) o mandato pode ser verbal quando o ato for celebrado por escrito.

34. A respeito dos defeitos dos negócios jurídicos, considere:

- I. Alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.
- II. Alguém, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.

Estas situações caracterizam as hipóteses de anulabilidade dos negócios jurídicos denominadas, respectivamente, de

- (A) lesão e erro.
- (B) estado de perigo e lesão.
- (C) erro e lesão.
- (D) lesão e estado de perigo.
- (E) estado de perigo e erro.

35. A respeito das diferentes classes de bens, é correto afirmar que

- (A) os frutos e produtos só podem ser objeto de negócio jurídico após separados do bem principal.
- (B) consideram-se imóveis para os efeitos legais os direitos pessoais de caráter patrimonial e as respectivas ações.
- (C) são fungíveis os móveis ou imóveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- (D) os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por vontade das partes.
- (E) são públicos dominicais os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual ou municipal.

36. A respeito das sucessões em geral, é correto afirmar que
- (A) é ineficaz a cessão, pelo co-herdeiro, de seu direito hereditário sobre qualquer bem da herança considerado singularmente.
  - (B) a sucessão de alguém abre-se no lugar em que ocorreu o seu falecimento.
  - (C) o testador não poderá, havendo herdeiros necessários, dispor, no todo ou em parte, da herança.
  - (D) a companheira ou companheiro em nenhuma hipótese terá, por expressa vedação legal, direito à totalidade da herança.
  - (E) o direito à sucessão aberta não pode ser objeto de cessão por escritura pública.

**Direito Processual Civil**

37. Considera-se proposta a ação quando
- (A) o réu for validamente citado.
  - (B) o juiz ordenar, por despacho, a citação do réu.
  - (C) ocorrer a citação do réu, ainda que inválida.
  - (D) a petição inicial for despachada pelo juiz ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara.
  - (E) o réu contestar a ação ou deixar de fazê-lo no prazo legal.

38. A respeito das modificações da competência, considere:

- I. As partes podem modificar a competência em razão da matéria, elegendo o foro onde serão propostas as ações oriundas de direitos e obrigações contratuais.
- II. O foro contratual não obriga os herdeiros e sucessores das partes.
- III. Havendo conexão ou continência, o juiz pode, de ofício, ordenar a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.





**Direito do Trabalho**

39. Em relação aos dissídios individuais do trabalho, a mediação é juridicamente aceitável, e se revela, no plano do direito positivo,

- (A) pela intermediação do Ministério Público do Trabalho, nas mesas redondas de dissídios coletivos.
- (B) pela mediação do Ministério do Trabalho, nas mesas redondas de greve.
- (C) pela intervenção necessária do Ministério Público do Trabalho nos feitos judiciais em que haja interesse público.
- (D) pelo funcionamento das comissões de conciliação prévia.
- (E) pela arbitragem privada de conflitos relacionados à greve.

40. O empregado diferencia-se do trabalhador autônomo porque

- (A) a relação do autônomo com o tomador não é caracterizada pela subordinação.
- (B) o trabalho autônomo não pode ser gratuito.
- (C) o trabalho do empregado não deve ser oneroso.
- (D) a alteridade está presente apenas nas relações entre o autônomo e seu contratante.
- (E) o trabalho do empregado deve ser eventual, o do autônomo, constante.

41. Não terá direito ao gozo das férias anuais remuneradas, segundo o regramento da Consolidação das Leis do Trabalho, o

- (A) empregado que faltar ao serviço, no período aquisitivo, sem justificativa, por 12 dias.
- (B) trabalhador autônomo.
- (C) empregado que gozar de benefício previdenciário por mais de 5 meses, ainda que descontínuos.
- (D) empregado que, no período concessivo, faltar sem justificativa mais do que 32 dias.
- (E) trabalhador que cometer falta grave no período aquisitivo, ainda que não venha a ser demitido no período concessivo.

42. O enquadramento de determinada atividade como insalubre ou penosa, para pagamento dos respectivos adicionais, depende, respectivamente, de

- (A) emenda constitucional e de lei complementar.
- (B) previsão nas normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e de lei ordinária.
- (C) decreto regulamentador e de emenda constitucional.
- (D) perícia médica e de perícia por engenheiro do trabalho.
- (E) previsão em leis extravagantes e de lei complementar.

43. Turnos ininterruptos de revezamento, que, nos termos da Constituição da República, não podem exceder a seis horas diárias, conceituam-se

- (A) pela ausência de intervalo de refeição.
- (B) pela inexistência de folgas semanais coincidentes com o domingo.
- (C) pelo funcionamento da empresa por, no máximo, dois turnos de trabalho de 12 horas cada.
- (D) pela constante alternância de horários de trabalho, por ciclos regulares, em pelo menos dois dos três turnos possíveis: manhã, tarde e noite.
- (E) pela inexistência, cumulativa, de intervalo de refeição e de folgas semanais.

44. À trabalhadora doméstica asseguram-se os direitos de

- (A) garantia no emprego, por integrar o Conselho Gestor do FGTS, e férias anuais de 20 dias úteis.
- (B) férias anuais de 20 dias úteis e gratificação de Natal.
- (C) garantia no emprego, desde a confirmação da gestação até o quinto mês após o parto, e férias anuais remuneradas.
- (D) adicional noturno e auxílio-acidente pago pela Previdência Social.
- (E) descanso semanal remunerado e férias anuais de 30 dias úteis.

45. O sistema sindical brasileiro, a partir da Constituição da República de 1.988, identifica-se pelos princípios da

- (A) unicidade, da simplicidade e da liberdade.
- (B) unicidade, da liberdade e da livre associação.
- (C) livre associação, da pluralidade e da unicidade.
- (D) liberdade, da livre associação e da pluralidade.
- (E) unicidade, da livre associação e da pluralidade.

**Direito Processual do Trabalho**

46. Os atos processuais trabalhistas, em regra, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, realizar-se-ão das 6 horas às

- (A) 19 horas, de segunda a sexta-feira.
- (B) 20 horas, de segunda a sábado.
- (C) 18 horas, de segunda a sexta-feira.
- (D) 20 horas, de segunda a domingo, independentemente de autorização judicial expressa.
- (E) 17 horas, de segunda a sexta-feira, dependendo, a prorrogação máxima até às 20 horas, de autorização judicial.



47. A intimação ocorrida sábado terá a contagem do prazo para cumprimento da obrigação por ela imposta iniciada
- (A) no domingo.
- (B) na segunda-feira, ainda que seja feriado.
- (C) no ato da intimação.
- (D) no ato da juntada da intimação cumprida aos autos.
- (E) na terça-feira, se a segunda for dia útil.
- 
48. A nulidade fundada em incompetência de foro, referida pela Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) pode ser proclamada de ofício, desde que uma das partes concorde.
- (B) refere-se à incompetência em razão do lugar; por isto, de natureza relativa, não pode ser tratada de ofício.
- (C) refere-se à incompetência em razão da matéria e, por isto, pode ser tratada de ofício pelo juiz.
- (D) é de competência originária dos tribunais.
- (E) não se submete a recurso imediato, mesmo que seja acolhida em favor de outro ramo do Judiciário.
- 
49. No procedimento sumariíssimo, diferentemente do ordinário,
- (A) o prazo para manifestação das partes sobre o laudo pericial é de 5 dias e é comum a todos os envolvidos no litígio.
- (B) a audiência deve ser una.
- (C) o prazo para contestação é de dez dias, prorrogável, em despacho fundamentado, para até 30 dias.
- (D) o recurso de revista é cabível apenas por divergência jurisprudencial entre Tribunais Regionais do Trabalho, ainda que o tema já tenha sido sumulado pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) a petição inicial deve ser líquida e o endereço do autor deve estar atualizado e corretamente indicado.
- 
50. A distribuição dos processos, em cidades onde haja mais do que uma unidade judiciária com a mesma competência, deve obedecer, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) à proporção quantitativa e à adequação qualitativa de processos a cada unidade.
- (B) aos critérios de igualdade quantitativa e qualitativa entre as unidades judiciárias.
- (C) à ordem aleatória de entrada, observando-se a igualdade de tipos de ação para cada vara.
- (D) à ordem aleatória de entrada, desde que, ao final de um ano, todas as unidades tenham o mesmo número de processos distribuídos.
- (E) à ordem rigorosa de entrada.
- 
51. O recurso de embargos de declaração toma lugar nas hipóteses de
- (A) contradição entre a sentença e a jurisprudência dominante.
- (B) contradição, omissão e inversão tumultuária do procedimento.
- (C) contradição entre a sentença e a prova dos autos.
- (D) obscuridade, omissão, contradição e prequestionamento.
- (E) omissão, obscuridade e contradição entre a sentença e a lei.
- 
52. A perícia para apuração de periculosidade e insalubridade será realizada, segundo as normas da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) por médico do trabalho ou por engenheiro do trabalho.
- (B) por médico do trabalho e por engenheiro do trabalho, respectivamente.
- (C) por médico credenciado pelo INSS e por engenheiro habilitado pelo CREA.
- (D) tanto por médico, quanto por engenheiro, exceto os engenheiros do trabalho.
- (E) apenas por médico do trabalho.
- 
- Direito Penal**
53. José ingressou no escritório da empresa Alpha, sendo que o segurança não lhe obistou o acesso porque estava vestido de faxineiro e portando materiais de limpeza. No interior do escritório, arrombou a gaveta e subtraiu R\$ 3.000,00 do seu interior. Quando estava saindo do local, o segurança, alertado pelo barulho, tentou detê-lo. José, no entanto, o agrediu e o deixou desacordado e ferido no solo, fugindo, em seguida, do local de posse do dinheiro subtraído. Nesse caso, José responderá por
- (A) furto qualificado pela fraude e pelo arrombamento.
- (B) furto qualificado pela fraude.
- (C) roubo impróprio.
- (D) furto simples.
- (E) estelionato.
- 
54. O crime de desobediência
- (A) só pode ser praticado por omissão.
- (B) será punido apenas com multa, se for culposo.
- (C) ocorre independentemente da legalidade da ordem.
- (D) exige violência ou grave ameaça.
- (E) não prescinde de dolo, ainda que eventual.



<p>55. Quem dá causa à instauração de investigação policial ou de processo judicial contra alguém, imputando-lhe crime, sem ter certeza de ser ele o autor do delito,</p> <p>(A) não comete nenhum delito.</p> <p>(B) comete crime de denúncia caluniosa, na forma dolosa.</p> <p>(C) comete crime de comunicação falsa de crime, na forma dolosa.</p> <p>(D) comete crime de denúncia caluniosa, na forma culposa.</p> <p>(E) comete crime de comunicação falsa de crime, na forma culposa.</p>	<p>58. Com relação às comissões é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) As propostas da Comissão de Planejamento Estratégico serão submetidas à aprovação do Tribunal Pleno.</p> <p>(B) Na primeira sessão subsequente à posse, o Presidente do Tribunal sugerirá, para deliberação do Tribunal Pleno, a composição das diversas comissões, integradas por três Desembargadores, com mandato de um ano.</p> <p>(C) São comissões permanentes as Comissões de Regimento Interno, de Jurisprudência, de Informática e de Planejamento Estratégico.</p> <p>(D) Na composição da Comissão de Planejamento Estratégico, coincidindo a pessoa do Decano e do ex-Presidente, designar-se-á o mais antigo subsequente.</p> <p>(E) O Tribunal Pleno e o Órgão Especial poderão constituir comissões temporárias que serão extintas, cumprido o objetivo.</p>
<p>56. Quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, sem assegurar condições do seu retorno ao local de origem,</p> <p>(A) não comete crime contra a organização do trabalho, porque o recrutamento ocorreu dentro do território nacional.</p> <p>(B) só comete crime contra a organização do trabalho se o recrutamento for feito mediante fraude.</p> <p>(C) comete crime contra a organização do trabalho e incorre na pena de detenção, de um a três anos, e multa.</p> <p>(D) só comete crime contra a organização do trabalho se o recrutamento for feito mediante cobrança de qualquer quantia do trabalhador.</p> <p>(E) só comete crime contra a organização do trabalho se a vítima for menor de dezoito anos ou portadora de deficiência física ou mental.</p>	<p>59. Quando o servidor for punido poderá pedir reconsideração ou recorrer à autoridade imediatamente superior, no prazo de</p> <p>(A) dez dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.</p> <p>(B) quarenta e cinco dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.</p> <p>(C) sessenta dias, sendo o recurso apreciado pelo Corregedor Geral, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.</p> <p>(D) trinta dias, sendo o recurso apreciado pelo Órgão Especial, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.</p> <p>(E) quinze dias, sendo o recurso apreciado pelo Corregedor Geral, se o Presidente do Tribunal aplicar a punição.</p>
<p style="text-align: center;"><b>Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</b></p> <p><u>Atenção:</u> As questões de números 57 a 60 referem-se ao Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.</p> <p>57. Considere as seguintes assertivas a respeito dos acórdãos:</p> <p>I. Em regra, recebidos os autos, os acórdãos serão redigidos e encaminhados à Secretaria em quinze dias.</p> <p>II. Nas Seções Especializadas e nas Turmas, apenas o Relator ou o Redator assinará os acórdãos.</p> <p>III. Haverá acórdão completo, contendo, no entanto, relatório resumido e apenas os fundamentos indispensáveis, nos processos sujeitos ao rito sumariíssimo.</p> <p>IV. Em regra, o acórdão deverá conter ementa da tese jurídica relevante.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I, II e III.</p> <p>(B) I, II e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e IV.</p> <p>(E) II e IV.</p>	<p>60. O Desembargador Auxiliar da Corregedoria, desempenhando as atividades correccionais que lhe forem atribuídas pela Corregedoria Regional, será designado pelo</p> <p>(A) Corregedor dentre os Desembargadores, após indicação do Presidente do Tribunal.</p> <p>(B) Presidente do Tribunal dentre os Desembargadores, após indicação do Corregedor.</p> <p>(C) Presidente do Tribunal, dentre os Desembargadores, após indicação do Tribunal Pleno.</p> <p>(D) Corregedor, dentre os Desembargadores, após indicação do Tribunal Pleno.</p> <p>(E) Corregedor, dentre os Desembargadores, após indicação do Presidente do Tribunal e aprovação pela maioria absoluta do Tribunal Pleno.</p>

